



REFORMA ADMINISTRATIVA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

17 DE JUNHO DE 2025

**DESDE 1980, O BRASIL PERDEU
A CAPACIDADE DE CRESCER...**

**PIB MUNDIAL
E BRASILEIRO
E PRODUTIVIDADE
CRESCIMENTO
MÉDIO ANUAL**

	<u>1950–1980</u>	<u>1980–2024</u>	<u>2015–2024</u>
BRASIL	7,3%	2,1%	0,8%
MUNDO	4,5%	3,6%	3,3%
EMERGENTES	5,8%	6,6%	4,8%
PRODUTIVIDADE (BR)	4,0%	0,6%	-0,3%

Fonte: FMI e FGV

E SE TIVÉSSEMOS
ACOMPANHADO O
MUNDO DESDE 1980?

O PIB DO BRASIL SERIA 77% MAIOR

Mantida a estrutura:

- A RENDA MÉDIA DOS BRASILEIROS SERIA 77% MAIOR
- OS LUCROS SERIAM 77% MAIORES
- OS RECURSOS PARA A ÁREA SOCIAL SERIAM 77% MAIORES

EXPANSÃO DO ESTADO A PARTIR DE 1980

INDICADORES
FISCAIS:

**% DO PRODUTO
INTERNO BRUTO
(PIB)**

	<u>ANOS 1970</u>	<u>2024*</u>
CARGA TRIBUTÁRIA	25,0	34,0
GASTOS PÚBLICOS	25,5	41,0
DESPESAS CORRENTES	20,0	39,5
DESPESAS DE INVESTIMENTO	5,5	1,5
DÍVIDA PÚBLICA/PIB	27,0	76,1

*Projeções Fonte: Bacen, Tesouro Nacional e projeções próprias

A REFORMA ADMINISTRATIVA

**BRASIL NÃO
EMPREGA MUITO...**

SERVIDORES PÚBLICOS SOBRE O TOTAL DO EMPREGO

- BRASIL: 12,1%
- AMÉRICA LATINA: 11,7%
- OCDE: 20,8%

... MAS GASTA
DEMAIS

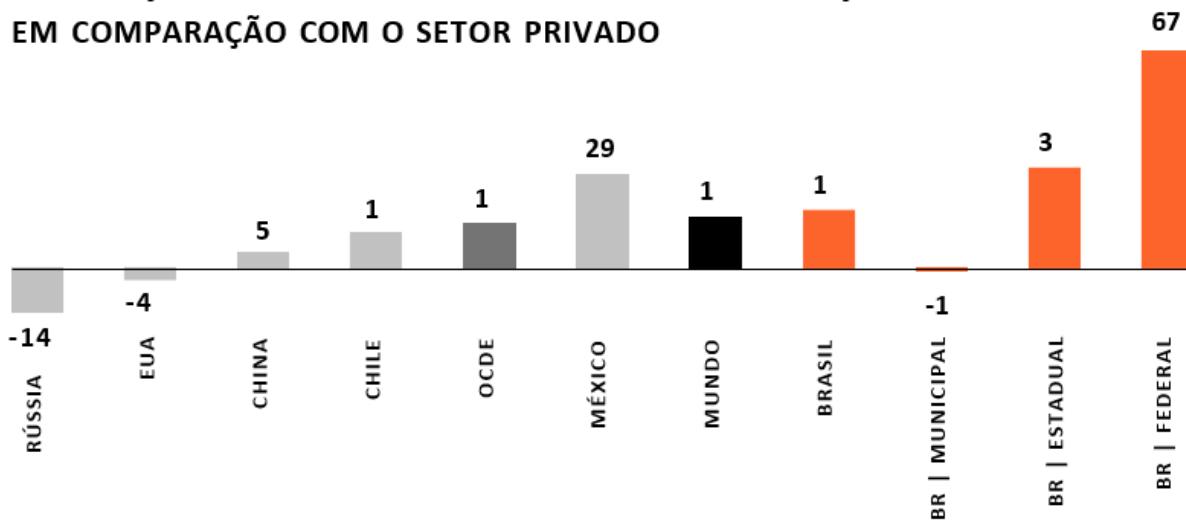
GASTOS COM SERVIDORES PÚBLICOS COMO % DO PIB (2022)

- BRASIL: 13,5%
- ESTADOS UNIDOS: 9,1%
- OCDE: 9,3%

GASTOS CONTRIBUEM PARA A DESIGUALDADE

Prêmio salarial do setor público: diferença porcentual das médias de remuneração em relação ao setor privado.

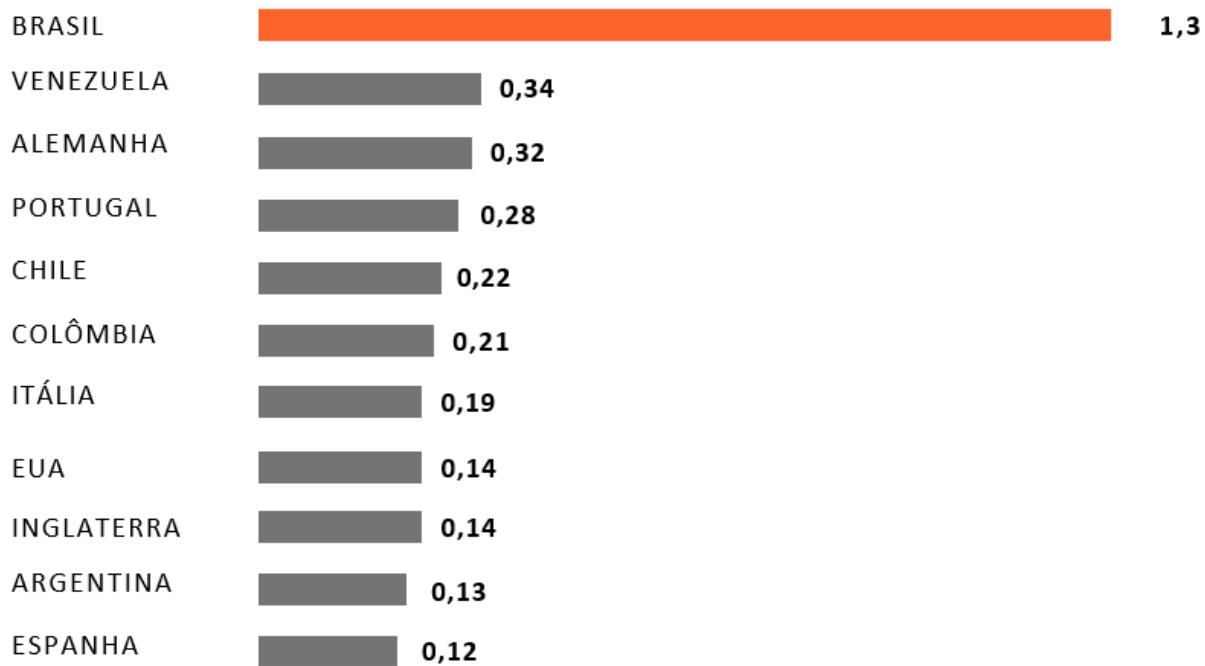
DIFERENÇA PORCENTUAL DAS MÉDIAS DE REMUNERAÇÃO
EM COMPARAÇÃO COM O SETOR PRIVADO



Fonte: Nota econômica 15 da CNI (2020) — “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”

**GASTOS DO SETOR
JUDICIÁRIO
SOBRE O PIB
PAÍSES SELECIONADOS**

DESPESAS DO PODER JUDICIÁRIO EM % DO PIB



Fonte: Nota econômica 15 da CNI (2020) — “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”

EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS, JUSTIÇA SOCIAL E GANHOS DE PRODUTIVIDADE

**INSATISFAÇÃO DA
POPULAÇÃO
COM EDUCAÇÃO,
SAÚDE E SEGURANÇA
PÚBLICA**

**PESQUISA DA AGENDA PÚBLICA MOSTRA GRANDE INSATISFAÇÃO DA
POPULAÇÃO COM SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA**

**NA EDUCAÇÃO, COBERTURA AUMENTOU, MAS QUALIDADE
DEIXA A DESEJAR**

RESULTADOS DO PISA (AMOSTRA DE 76 PAÍSES):

- Matemática: 65º
 - Leitura: 52º
 - Ciências: 62º
-

ÍNDICE DE ANALFABETISMO FUNCIONAL: 30% ENTRE 15 E 64 ANOS

**INEFICIÊNCIA NOS
SERVIÇOS
DIRIGIDOS AOS
MAIS POBRES
PERPETUA A
DESIGUALDADE**

**QUALIDADE DO SERVIÇO OFERTADO LIMITA O DESENVOLVIMENTO
DOS MAIS POBRES**

**EDUCAÇÃO DE QUALIDADE INFERIOR FAZ COM QUE O POBRE ENTRE
NO MERCADO DE TRABALHO SEM CONDIÇÕES COMPETITIVAS**

**É PRECISO VALORIZAR OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
DIRETAMENTE NA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS AOS MAIS POBRES**

**DESIGUALDADE DENTRO DO SETOR PÚBLICO: SALÁRIOS
DE PROFESSORES, POR EXEMPLO, NÃO PODEM SER TÃO BAIXOS
EM COMPARAÇÃO COM OUTROS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**

**NECESSIDADE DE MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E REDUZIR
A BUROCRACIA**

PROPOSTAS – REFORMA ADMINISTRATIVA

1. AVANÇOS NA REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, COM DEFINIÇÃO CLARA DE UMA AVALIAÇÃO CRITERIOSA E PRÉ-DEFINIDA;
2. GARANTIA DE ESTABILIDADE APENAS EM CARREIRAS PÚBLICAS EFETIVAMENTE AMEAÇADAS DE PERSEGUIÇÃO POLÍTICA;
3. DEFINIÇÃO DE MUDANÇAS NAS REGRAS DAS CARREIRAS PÚBLICAS APENAS PARA NOVOS ENTRANTES;
4. READAPTAÇÃO DOS PLANOS DE CARREIRAS PÚBLICAS, COM REDUÇÃO DOS SALÁRIOS INICIAIS E PROGRAMAS MAIS LENTOS DE PROGRESSÃO;
5. INTRODUÇÃO DE SISTEMAS DE AVALIAÇÃO COM INDICADORES PRÉ-DEFINIDOS, PÚBLICOS E DIAGONAIS ÀS INSTÂNCIAS DE GOVERNO;
6. CRIAÇÃO DE UM SISTEMA HOMOGÊNEO DE CARREIRAS E CARGOS ENTRE MINISTÉRIOS, AGÊNCIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DO GOVERNO, PERMITINDO INTERCÂMBIO DE FUNCIONÁRIOS;
7. AUMENTO DE SALÁRIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) NÃO DEVE RESULTAR EM REAJUSTES DAS REMUNERAÇÕES DE CARGOS DE CONFIANÇA AO REDOR DELES. ESSES REAJUSTES DEVEM SER TRATADOS DE MANEIRA INDEPENDENTE;

8. PERMISSÃO DE REDUÇÕES TEMPORÁRIAS DOS SALÁRIOS EM SITUAÇÕES EXTREMAS, COMO EPIDEMIAS OU FORTES RESTRIÇÕES FISCAIS;
9. PROIBIÇÃO DE SUPERSALÁRIOS, ESTIMANDO O TETO DAS REMUNERAÇÕES A PARTIR DO QUANTO GANHA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA;
10. INCENTIVAR ADOÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA EM ESTADOS E CIDADES;
11. PROIBIÇÃO DE PRIVILÉGIOS REMUNERATÓRIOS E BENEFÍCIOS EXCEDENTES EM CARGOS PÚBLICOS;
12. MODERNIZAÇÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS, CONFORME JÁ SANCIONADO PELO EXECUTIVO EM SETEMBRO DE 2024 (LEI 2.258/2024) – JÁ ATENDIDA.
13. AS PROMOÇÕES PARA NOVOS ENTRANTES DEVEM SE DAR EM CICLOS AVALIATIVOS (ANUAIS OU BIANUAIS) TRANSPARENTES E A EVOLUÇÃO DEVE SE LIMITAR A 5% DO TOTAL DE PESSOAS DE CADA CARREIRA E LIMITADAS AO INCREMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTOS NÃO SUPERIOR A 1% DO TOTAL DA FOLHA DOS CONTRATADOS SOB O NOVO REGIME;
14. REVISÃO DE CARGOS PÚBLICOS OBSOLETOS, PENDENTE DE ESTUDOS E, POSTERIORMENTE, DE ELIMINAÇÃO DE CARREIRAS DESNECESSÁRIAS ÀS DEMANDAS ATUAIS;
15. REGULAMENTAÇÃO DE DEMISSÃO POR BAIXO DESEMPENHO.

PROPOSTAS – TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO ESTADO

1. AMPLIAR A PLATAFORMA DO GOV.BR PARA USO EM SERVIÇOS PRIVADOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ALÉM DE AUMENTAR O ESCOPO DE SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS, INTEGRANDO AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E PERMITINDO A AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSOS AINDA ANALÓGICOS COMO ASSINATURAS E TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS;
2. CENTRALIZAR TODOS OS CADASTROS EMPRESARIAIS NO NÚMERO DO CNPJ, ELIMINANDO O EXCESSO DE CERTIDÕES E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS OPERAÇÕES DAS EMPRESAS NOS MAIS VARIADOS ÓRGÃOS DE GOVERNO.
3. CENTRALIZAR, DA MESMA FORMA, TODOS OS PROCESSOS DE OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO E DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA PLATAFORMA GOV.BR, REDUZINDO A BUROCRACIA ATUAL QUE DEPENDE DAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS;
4. AMPLIAR O INVESTIMENTO EM PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, PARA SERVIDORES PÚBLICOS, FOCADOS NO MANUSEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS, INICIATIVA FUNDAMENTAL PARA A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO;
5. ABRIR PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM O SETOR PRIVADO COM O OBJETIVO DE ENCONTRAR, CONJUNTAMENTE, SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ENVOLVENDO NOVOS DISPOSITIVOS, COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E A BLOCKCHAIN. ISSO SERÁ POSSÍVEL POR MEIO DO PROGRAMA STARTUPS GOV.BR, EM QUE ESSAS EMPRESAS SÃO CONTRATADAS PARA SUPRIR LACUNAS OPERACIONAIS DAS FERRAMENTAS DIGITAIS DO PODER PÚBLICO;
6. COLETAR REGULARMENTE INFORMAÇÕES SOBRE A SATISFAÇÃO E A EXPERIÊNCIA DOS



OBRIGADO!